



O ESTUDANTE DE JORNALISMO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FRENTE À AÇÃO DO PRIVILÉGIO CULTURAL

Andréia T. Couto¹

RESUMO: Este artigo dá prosseguimento à pesquisa intitulada “Políticas públicas para comunicação: o estudante de jornalismo diante do cenário das mídias alternativas”. Em um primeiro momento, foram feitas algumas considerações a respeito do que esperam os estudantes pesquisados como futuros jornalistas, suas práticas profissionais e as alternativas que têm diante de si em relação à sua formação e como elas interferirão no seu campo de trabalho. Será aqui analisado um tópico relacionado aos anteriormente discutidos (Leitura, Comunicação e cidadania, Políticas públicas para Comunicação e Leitura), ou seja, a reflexão sobre leitura, conhecimento e embasamento cultural. A partir desse tema pretende-se debater a formação crítica do estudante de jornalismo em instituições de ensino privadas. O foco de discussão do trabalho agora é sobre como o percurso de pouca leitura e frágil formação intelectual pode distanciar o envolvimento crítico do aluno diante da mídia.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Leitura; Ensino Superior; Mídia; Mídias Alternativas.*

¹ Graduada em Letras e Jornalismo, Mestre em Jornalismo e Doutora pela Unicamp – Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, faz parte do grupo de pesquisa Alterjor - Grupo de Pesquisa de Jornalismo Popular e Alternativo – (USP). Docente da Unip - Universidade Paulista, no curso de Jornalismo. E-mail: atcouthotmail.com

Introdução

Dando prosseguimento à pesquisa sobre o estudante de jornalismo e as mídias, nesse trabalho será discutido o tópico sobre leitura, conhecimento e embasamento cultural.

Não seria possível iniciar a investigação sobre o tema em foco sem mencionar importantes trabalhos realizados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu que, a partir dos anos 1960, iniciou uma série de artigos sobre questões pertinentes à escola e sua relação com os alunos, sob uma perspectiva crítica a respeito da educação e seu tratamento aos estudantes de diferentes classes sociais. Para ele, a educação se dá de forma diferenciada de acordo com a origem do seu público e refuta a idéia de “dom” para explicar a maior facilidade e alguns diante do desempenho escolar. O acesso aos bens culturais, ao capital intelectual, assim como garantias de tempo livre para a dedicação escolar e financiamento familiar é que garantiriam o sucesso escolar de determinados alunos, que por sua vez, ocupariam as cadeiras de melhores universidades e, conseqüentemente, os melhores cargos amparados por um diploma reconhecido no meio social.

2

Passadas décadas, os escritos de Bourdieu seguem atuais e formam a base para fazermos as análises preliminares dos dados que estão sendo recolhidos. Sem precipitação, podemos afirmar que muito do que o sociólogo francês observou - ou previu - nos anos em que pesquisou sobre a educação, podem servir como referência ao que temos analisado em nosso público-alvo.

A pesquisa, iniciada no primeiro semestre de 2010, consiste em trabalhar com um grupo de alunos, estudantes de jornalismo em universidades privadas. São, na maioria, provenientes de camadas médias da população, sem grande acesso ao capital cultural e pouca leitura.²

Muitos jovens estão a caminho de completar seus estudos em jornalismo e de tomar consciência sobre seu papel relevante na sociedade e de como podem atuar para transformá-la. No entanto, o canal para a mudança ainda é obscuro: por onde partir? A mídia é uma aliada? Como fazer com que sua voz seja ouvida?

² Cf. A. T. Couto, 2010.

Análises preliminares da pesquisa afirmam que muitos estudantes acreditam que seu papel como transformador passa diretamente pela mudança das políticas públicas para as comunicações, sendo as rádios e TVs comunitárias um primeiro passo para essa inserção. Mostram também que não há um grande diferencial em respostas dos diferentes períodos do curso de graduação. Alunos dos primeiros semestres têm o mesmo padrão de respostas. O que diferencia um pouco é a forma como desenvolvem o raciocínio por meio do texto. Os alunos dos primeiros anos têm maior dificuldade de expressão textual - alguns com sérios problemas de redação. Por outro lado, isso não quer dizer que alunos dos últimos períodos estejam em grande vantagem com relação a isso. O que se observa, de maneira geral, é uma dificuldade grande em redação, problemas de coesão e coerência, gramaticais e de ortografia.

Num sentido mais amplo, a análise do material poderá auxiliar a reflexão sobre esse cenário e indicar caminhos possíveis para repensar o papel das políticas públicas para o setor de comunicação.

O imperialismo cultural

O imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-as irreconhecíveis como tais. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant **Sobre as artimanhas da razão imperialista** (1998, p. 17).

Historicamente, a prática de leitura sempre esteve afastada da constituição e formação do povo brasileiro. O surgimento tardio da universidade no nosso país, a fraca estruturação do ensino nas colônias, a prática da transmissão de conhecimentos nas mãos dos jesuítas, produzindo uma educação atrelada ao mundo religioso e a falta de atenção dada à formação e interesse científico mostram a configuração da trajetória escolar. Nesse cenário, o acesso ao ensino formal sempre esteve ligado às camadas privilegiadas da população.

O ingresso ao ensino superior por parte das camadas populares é uma realidade relativamente recente em nosso país e mais uma vez, essa situação insere-se em um contexto histórico bastante peculiar. Faz parte de um projeto político de abertura ao ensino privado e à privatização do ensino superior. Enquanto a universidade pública permanece praticamente inalterável em sua configuração, continuando a atender um

público, na maioria das vezes, oriundo da camada economicamente privilegiada, com acesso aos bens culturais, os Institutos de Ensino Superior vieram atender a um público cada vez mais interessado na posse de um diploma do terceiro grau, no intuito de conseguir melhores postos de trabalho e ascensão social. No entanto, como veremos mais adiante, isso não se torna uma realidade.

De acordo com Bourdieu (1998),

É provavelmente por um movimento de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (p. 41).

A proliferação das instituições superiores de ensinos nos últimos nos corrobora a afirmação acima. Longe de promover a chamada mobilidade social, a escola simplesmente faz com que tudo permaneça como antes. O aluno desprivilegiado socialmente continua afastado das melhores universidades, das melhores aulas, das melhores bibliotecas, dos melhores postos de trabalho.

4

Não é por acaso que observamos, durante a pesquisa, que o perfil social dos alunos provém de camadas médias da população, em sua maioria, trabalhadores assalariados. Ainda segundo Bourdieu (op. cit.), isso ocorre

Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o *cursus*³, é legítimo apreender o efeito desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem e classe média⁴ (p. 41).

A “escolha” pela universidade privada já demonstra a extrema dificuldade que têm as camadas menos privilegiadas de promoção à universidade pública. Seu acesso a esse tipo de instituição já pressupõe a exclusão.

³ Designa o percurso (mais ou menos longo, nesse ou naquele ramo de ensino, nesse ou naquele estabelecimento) efetuado pelo aluno ao longo de sua carreira escolar.

⁴ Cf. P. Bourdieu e J.-C. Passeron. **Les héritiers**, 1964, p. 14-21.

A ação do privilégio cultural e a influência do capital cultural

A desigualdade que aguarda os alunos em foco no ensino superior é fruto de uma situação excludente que tem suas raízes historicamente muito antigas, através de mecanismos sócio-econômicos que os afasta continuamente dos meios privilegiados do capital cultural.

Enquanto as elites são conduzidas para cursos como medicina, odontologia, direito, engenharia (que pressupõem uma formação escolar anterior bastante forte para enfrentar as competições do vestibular, além de dedicação exclusiva de tempo e suporte econômico), as classes menos favorecidas economicamente optam por cursos de formação prática e tecnicada, cuja aceitação pelo mercado de trabalho é mais imediata. O “dom” seria o privilégio dos ricos. A esse respeito, Bourdieu faz uma crítica daquilo que seria efetivamente chamado de “dom”, não sendo essa mais que uma desculpa para justificar uma situação de exclusão:

A ação do privilégio cultural só é percebida, na maior parte das vezes, por suas formas mais grosseiras, isto é, como recomendações ou relações, ajuda no trabalho escolar, ou ensino suplementar, informação sobre o sistema de ensino e as perspectivas profissionais. Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes frente ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (pp. 41-42).

5

Assim sendo, é perceptível a influência do capital cultural entre os alunos pesquisados. Aqueles (a minoria) cujas famílias investiram em bens culturais, cultivando a noção de importância da leitura e outras manifestações, como teatro, cinema e música, têm um desempenho sensivelmente superior em principalmente três quesitos analisados: facilidade de elaboração de textos, em suas diversas modalidades; maior fluência e conhecimento vocabular; melhor expressão oral. Nesses casos, é correta a relação entre leitura e maior conhecimento geral e capacidade de fazer interpretações e analogias durante os exercícios pedidos em sala.⁵ Não foi feita, por

⁵ Em alguns exercícios em sala, durante trabalhos de produção textual, foi solicitado aos alunos que fizessem análises interpretativas a partir de imagens de obras de arte como quadros de Tarsila do Amaral (Abapuru), Picasso (Guernica), entre outros. Poucos foram os que identificaram as obras, relacionando-as aos seus respectivos autores, e praticamente nenhum foi capaz de explicar o significado de Guernica, demonstrando desconhecimento total sobre o que motivou a obra. Esse comentário serve também para

enquanto, uma correlação entre o nível de escolaridade dos pais e a melhor ou maior desenvoltura dos alunos no que se refere aos fatos apontados acima. Mas já se pode inferir que há uma ligação, nos mesmos moldes do que foi apontado por Bourdieu (1998): *a influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatadas, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar* (p. 42).

É assim que os jovens das camadas superiores tendem a obter regularmente resultados que se distribuem de maneira bimodal, isso tanto em suas práticas e seus conhecimentos culturais quanto na sua capacidade para a compreensão e o manejo da língua (um terço deles se distingue pelos desempenhos nitidamente superiores ao resto da categoria). (...) Da mesma forma que os jovens das camadas superiores se distinguem por diferenças que podem estar ligadas a diferenças de condição social, também os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho: dado que, como se viu, as chances objetivas de chegar ao ensino superior são quarenta vezes mais fortes para um jovem de camada superior que para um filho de operário, poder-se-ia esperar encontrar (Bourdieu, op. cit., p. 43).

O privilégio cultural manifesta-se, então, nas mais diversas modalidades, desde a familiaridade com obras de arte, referência a autores da literatura mundial ou nacional, o conhecimento de peças de teatro consagradas. E essa familiaridade somente ocorre com a frequência de visitas a museus, teatros, salas de concerto, teatros e cinemas. Mesmo que a universidade estimule a ida ou mesmo promova visitas a esses lugares, essas ações são esporádicas e nem sempre são levadas de forma a que sua importância seja compreendida.⁶ Além disso, paralelamente à falta de contato com os bens culturais, está a falta do hábito de leitura, que faz com que esses alunos levem adiante em sua formação problemas de nível lingüístico que se refletem no seu dia-a-dia na sala de

exercícios, por exemplo, em que se pediu o reconhecimento da intertextualidade entre os versos de *Sabiá* (Tom Jobim e Chico Buarque) com um poema do Romantismo brasileiro, no caso, *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias. Não só não conseguiram reconhecer Gonçalves Dias como também não reconheceram o passado recente do cenário musical brasileiro de música popular.

⁶ Em determinados momentos, algumas IES instituíram uma disciplina chamada Estudos Complementares, no intuito de promover uma frequência mais assídua dos alunos a cinemas e peças de teatro. Cada ingresso apresentado comprovando a presença dos alunos a shows, cinemas e peças de teatro valia determinado ponto que seria usado para compor a nota final da disciplina. No final, chegou-se à conclusão da inutilidade desse tipo de situação, uma vez que grande parte dos alunos juntava entradas vindas de várias pessoas (poucas ou quase nenhuma de sua própria frequência). Também eram pedidas resenhas de livros, no sentido de estimular a leitura dos cânones da literatura. A grande quantidade de resenhas retiradas de portais de literatura da internet também provou ser essa ação inútil. Nesse caso, uma das possíveis análises seria a de que certas situações precisam ser estimuladas desde a infância, mostrando-se agora fora de controle.

aula, e provavelmente os acompanharão em sua profissão. Mais uma vez é do sociólogo francês a palavra:

De todos os obstáculos culturais, aqueles que se relacionam com a língua falada no meio familiar são, sem dúvida, os mais graves e os mais insidiosos, (...) Mas a influência do meio lingüístico familiar não cessa jamais de se exercer, de um lado porque a riqueza, a fineza e o estilo da expressão sempre serão considerados, implícita ou explicitamente, consciente ou inconscientemente, em todos os níveis do *cursus*, e, ainda que em graus diversos, em todas as carreiras universitárias, até mesmo nas científicas (p. 46).

A questão do domínio vocabular e sua relação com a carreira superior tem uma enorme complexidade no desempenho do estudante não somente durante sua formação universitária, mas também após sua formação e durante sua vida profissional. Isso porque a língua não é somente um instrumento de verbalização do pensamento ou exteriorização de idéias, mas fornece, nas palavras do autor acima citado, através de um vocabulário mais ou menos rico, uma sintaxe, isto é,

um sistema de categorias mais ou menos complexas de maneira que a aptidão para o deciframento e a manipulação de estruturas complexas, quer lógicas, quer estéticas, parece função direta da complexidade estrutura da língua inicialmente falada no meio familiar (p. 46).⁷

7

A privatização do ensino superior, principalmente pelas IES periféricas⁸, busca seu público através do chamariz da facilidade econômica, na maioria das vezes, transformando o ensino em verdadeira mercadoria. A qualidade a ser ofertada é colocada em segundo plano na hora de escolher a instituição pelos alunos de baixa renda.

Segundo dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais, o Brasil possui cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais, conceito que define as pessoas com menos de

⁷ Cf. P. Bourdieu, J.-C. Passeron e M. de Saint-Martin, 1965.

⁸ IES periférica implica o tipo de instituição e o lugar relativo que ocupa no campo da Educação Superior. Nomenclatura utilizada por Britto (2008) para denominar as instituições IES periférica implica o tipo de instituição e o lugar relativo que ocupa no campo da Educação Superior. Nomenclatura utilizada por Britto para denominar as instituições com as seguintes características: a) Tem finalidade estrita de formação / qualificação de mão de obra; b) Apresenta organização e ocupação do espaço e do tempo em que se privilegia espaço/tempo aula; c) Formas de administração e financiamento; d) Formas de relacionamento com o mercado e com a sociedade; e) Tipo de público a que assiste; f) Relação com centros irradiadores de conhecimento e exercício de poder (Gomes, 2009).

quatro anos de estudo, de acordo com o “Mapa do Analfabetismo no Brasil”, estudo produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com indicadores produzidos em 2000 pelo IBGE, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Inep. Provavelmente o censo promovido pelo IBGE 2010 trará alterações nesse panorama, porém não deverão ser muito significativas. Em um país tão carente de educação - falta de ação política, de capital humano para a educação, de estrutura física para as escolas, de programas educacionais adequados aos diferentes públicos e regiões, de políticas públicas, de programas reais de erradicação de analfabetismo, além da disparidade econômica entre as classes sociais, os alunos do terceiro grau espelham essa realidade. Soma-se a isso o fato da mudança promovida no ensino público, durante o governo FHC, que varreu dos quadros da escola a repetição escolar. Por essas e outras razões, alunos que chegam às instituições de ensino superior particulares provenientes do ensino público mal sabem ler e escrever.

Assim, não é por acaso que os alunos que frequentaram, desde sua formação básica, um ensino pouco eficiente e foram educados em um ambiente com pouco ou nenhum estímulo intelectual, tenham uma enorme dificuldade em seguir minimamente o que lhes é exigido (ou pelo menos deveria ser) nos cursos de terceiro grau. Para tentar suprir de forma sumária as deficiências de leitura e redação, alguns IES adotaram disciplinas complementares em todos os cursos do primeiro ano, como Interpretação e Produção de Texto, no primeiro semestre e Comunicação e Expressão, no segundo. Mas convenhamos: o resultado não tem como ser satisfatório diante da realidade dos alunos que chegam sem a mínima base de leitura e redação.

O professor é convocado então como agente para melhorar o nível de leitura do aluno, para instigá-lo a apreciar obras literárias, criar nele o hábito, melhorar sua escrita. Tarefa hercúlea, dada a realidade, e muitas vezes, frustrante.

Segundo Miranda (2009), são muitos os alunos que, embora cursando o ensino superior, ainda não foram “apresentados à leitura” e, conseqüentemente, ao hábito da escrita. Muitos já perceberam a falta que faz a leitura na sua produção textual; nas correlações e inferências; na interpretação dos mais diversos tipos de textos, inclusive na interpretação de material jornalístico.

O perfil do aluno que busca a universidade privada revela-se ser aquele que por vários motivos, não pôde ingressar na universidade pública. O fator econômico é um

dos principais motivos, uma vez que esse aluno deve dedicar seu tempo em busca de maneiras de manter-se economicamente. Os cursos noturnos são uma opção para os que têm que trabalhar durante o dia, ou seja, a maioria.

São alunos procedentes de uma camada social que até bem pouco tempo - início da década de 1990 - não tinham acesso ao ensino superior. Com o crescimento das IES, o perfil dos cursos também mudou: a formação acadêmica deixou de ser as tradicionais passando para cursos até então pouco falados; proliferaram cursos de comunicação social, com suas subdivisões e hoje é grande o número de alunos que obtém diploma com habilitação em jornalismo nessas instituições espalhadas por todo o país. A popularização da universidade possibilitou que alunos da classe trabalhadora ascendessem ao ensino superior, embora pago. Com formação escolar precária, estas instituições são suas únicas chances de obterem um diploma de nível superior, uma vez que a barreira imposta pelo processo de seleção à universidade pública não se aplica a esses alunos.

Segundo Gomes (2009),

as transformações que impulsionaram os meios e as possibilidades de o estudante oriundo de segmentos sociais de baixa escolaridade e menores possibilidades sociais alcançar a Educação Superior implicaram modificações profundas tanto da organização da universidade e em suas funções formativas, quanto no tipo de conhecimento que circula neste ambiente. (...) o aumento do número de matrículas não se deu de forma aleatória, mas em função de uma profunda transformação do sistema, cuja razão de ser não é mais, ou apenas, de formar os quadros dirigentes da nação e a intelectualidade profissional urbana, mas também a de produzir mão-de-obra especializada. Portanto, o "aluno novo" é o produto da massificação do ensino superior.

Assim, esses alunos não competem de igual para igual, pois mesmo freqüentando o ensino superior, não estão em pé de igualdade com o "outro ensino superior". O fato de chegarem à universidade e obterem o diploma, não significa que haverá uma distribuição democrática do conhecimento, saber e ocupação dos melhores postos de trabalho: estes fatalmente serão distribuídos àqueles oriundos de universidades consagradas, cuja formação é reconhecida entre os meios acadêmicos e do mercado. Muitos dos alunos que ingressam nas universidades privadas continuam trabalhando em seus antigos lugares depois de formados.

Dessa maneira, forma-se anualmente uma grande massa de mão-de-obra que irá ocupar cargos dos mais variados tipos - não necessariamente na mesma área em que obteve o diploma - enquanto cabe à elite ocupar as vagas para os postos de excelência.

Esse aluno já chega à universidade em desigualdade com o “outro lado”. Trabalhando o dia todo o estudando à noite, resta pouco tempo livre para dedicar-se de forma aprofundada aos estudos e à formação adequada exigida pelo mundo acadêmico. A leitura fica em segundo plano e mesmo a acadêmica não se dá de forma adequada: raros são os que lêem um livro inteiro de cada disciplina exigida a cada semestre. A leitura acadêmica dá-se através de textos deixados nos centros de fotocópias, ou distribuídos pelos professores. Dada a cota restrita de no máximo quatro páginas por aluno para cada professor, a leitura de textos por disciplinas semanais é três a quatro páginas por disciplina semanalmente, pois dificilmente os alunos lêem os capítulos pedidos extraclasse. A exigência de textos maiores costuma gerar protestos por parte dos alunos, que alegam não ter tempo para lê-los. Às vezes, por causa disso, muitos professores deixam a exigência de leitura completa de livros de lado. Mas a falta de indicação e exigência pela leitura completa de livros por parte de outros professores pode ter outros motivos.

As críticas de docentes em relação às dificuldades dos alunos, no que tange à compreensão leitora e à escrita, frequentes em um local chamado “sala dos professores”, revelam a falta de consciência de muitos de nós acerca do grave problema social que estamos vivenciando em relação à leitura. Sempre digo que a dificuldade dos alunos, no mínimo, deveria suscitar reflexões sobre a prática docente de cada professor (sobretudo os de língua materna) e um questionamento sobre instituição *escola*, que promove o aluno ano após ano sem transformá-lo em produtor de texto e em leitor. Aquilo que a instituição *escola* deveria, ou seja, apresentar “as letras” em sentido pleno ao educando, ela não tem conseguido realizar (Miranda, 2009).

De fato, resta saber se esses alunos que chegam à universidade privada reconhecem a importância de investimento em sua formação cultural, podendo aproveitar o fato de estarem inseridos no ensino superior para dar seguimento a ela, agora de maneira mais sólida.

Pode-se perceber que a busca dos alunos é por um ensino profissionalizante, algo que o capacite a entrar no mercado de trabalho com um salário um pouco maior do que o que recebe sem o diploma de ensino superior. Uma parte, depois de diplomada,

continua no mesmo emprego, com alguma diferenciação de cargo, mas com um salário ligeiramente maior, devido à posse do certificado do curso superior.

Se o mercado exige mão-de-obra qualificada e o Ensino Superior é compreendido como trampolim de acesso a melhoria de vida, não é de surpreender a ampliação do número de ingressantes e instituições. O avanço de matrículas é impressionante. Em 1980, houve 1.377.286 de matrículas em todos os cursos superiores presenciais brasileiros: em 1998, este número saltou para 2.125.958 e, em 2001, atingiu a cifra de 3.030.754, dos quais 1.734.936 estudando no período noturno. Em 2007, o número de matrículas alcançou 4.880.381, sendo 3.639.413, em instituições privadas (INEP/MEC.) A essa mudança quantitativa corresponde uma mudança qualitativa, de modo que o campo da educação superior, inchado se subdivide, criando, de um lado, nichos de excelência e, de outro, grandes conglomerados de treinamento de pessoal para o mercado de trabalho e para a adaptação a determinado tipo de sociedade (Britto et al, 2008).

Nessa situação, o aluno vê com certo distanciamento a discussão sobre a importância da introdução de disciplinas teóricas e humanísticas, uma vez que “elas pouco acrescentam” à sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, segundo eles. No curso de jornalismo, disciplinas ligadas à Teoria da Comunicação são vistas com enfado e mais um fardo a carregar até a formatura. Estas, aliadas às do ciclo básico, como Antropologia e Sociologia (Homem e Sociedade/Ciências Sociais), Filosofia (quando havia) e mesmo Economia, Comunicação e Cidadania, são pouco prestigiadas pelos alunos em detrimento às ditas mais “práticas” ou “técnicas”. Curiosamente, cursos que fazem “pensar” estão fora das ofertas de muitas IES.⁹

Para Gomes (2009),

A "postura epistemológica instrumentalizada" direciona-se para a aprendizagem de técnicas, na busca de capacitação para o mercado de trabalho. Supõe envolvimento com conhecimentos pragmáticos, de caráter normativo e informacional, supostamente necessários à atuação profissional; se caracteriza, principalmente, pela aprendizagem rápida e fácil, sem ou com pouca criticidade. Nesta postura, pouco importa a percepção da autoria e da historicidade do conhecimento, apagando-se as características históricas e os processos científicos envolvidos no desenvolvimento das Ciências, considerando-se, prioritariamente, o resultado em si. Há a tendência à absolutização dos fatos e à aceitação das normas de conduta tomadas como "naturais". O modelo atual de Educação Superior, em especial nas instituições periféricas, tem favorecido esta tendência.

Por sua vez,

A "postura epistemológica crítica" implica maior acesso aos conhecimentos formais científicos e supõe estudo sistemático, organização e constituição de acervo, disciplina

⁹ Compreensivelmente, são raras as IES que ofertam cursos como Ciências Sociais, História, Geografia, Filosofia.

de estudo, percepção da autoria do conhecimento e de suas características históricas, possibilitando discussão, reflexão e problematização do objeto de estudo. As dificuldades de formação básica e o tipo de compromisso do estudante com a instituição e sua formação prejudicam o desenvolvimento desta postura.

Nesse ritmo, a formação intelectual do aluno mostra-se bastante comprometida: pouco tempo, pouco incentivo (em casa ou mesmo na universidade, ou até mesmo pelos docentes), desinteresse. Não é por acaso que poucos se interessem pela iniciação científica enquanto alunos de graduação ou em seguir a carreira acadêmica. A visão que têm da sala de aula, quase sempre sobrecarregada de alunos, professores com dificuldade de controlar a disciplina, barulho e pouco rendimento nas aulas expositivas - falta de compreensão do que está sendo falado, devido também à sua restrição vocabular, falta de conhecimentos gerais (o que dificulta fazer inferências e correlações entre o que está sendo colocado pelo professor) faz com que os alunos tenham pouco ou quase nenhum interesse em tornar-se professor universitário na área de jornalismo. De forma geral, vêm com menos prestígio o profissional de jornalismo que se dedica integralmente ao ensino em comparação àquele que atua na área como jornalista e tem nas aulas um complemento da sua profissão. Assim que conhecem um novo professor, a pergunta é sempre: “você atua na área?” A prática é tão ou mais importante do que aquele que se dedica ao ensino/pesquisa.¹⁰

Segundo Britto (2008, apud Gomes, 2009) há ainda poucas pesquisas sobre leitura e escrita no ensino superior e quando existem não se aprofundam sobre aspectos como conhecimento e formação. O professor afirma que é justamente a falta de acesso ao conhecimento que afasta o aluno da leitura.

Ainda que seja uma relação interdependente, isto é, na medida de que, quanto mais se conhece, mais se tem capacidade de ler e, à medida que se tem mais capacidade de ler e mais leituras se fazem, mais se conhece, a origem do problema não estaria nas habilidades cognitivas ou sociais de ler e escrever, e sim, fundamentalmente, na postura epistemológica do estudante (Gomes, 2009).

Capital cultural e *ethos* de classe

a indústria cultural reflete a irracionalidade objetiva da sociedade capitalista tardia, como racionalidade da manipulação das massas. A indústria cultural obscurece por

¹⁰ Segundo Adorno (2006) há uma série de motivos para que os alunos sintam uma espécie de aversão ao magistério, sendo todos racionais e conhecidos, inclusive a imagem do magistério como profissão de fome (p. 98). Nesta medida, conforme a percepção vigente, o professor, embora sendo um acadêmico, não seria socialmente capaz (100).

razões objetivas, aparecendo como uma função pública da apropriação privada do trabalho social (Adorno, 2006, p. 17).

Ao se combinarem, dariam formatação à conduta do aluno diante do aprendizado e sua visão para futuro profissional, assim como suas oportunidades objetivas, segundo Bourdieu (1998, p. 49). Em outras palavras, essa combinação concorreria para definir condutas.

Amparados em uma realidade formadora, em termos escolares, desfavorável, o aluno, nessa situação, teria comprometida inclusive sua maneira de analisar criticamente o próprio papel formador da instituição na qual está inserido, bem como sua inserção no mercado de trabalho habilitado em uma profissão que lhe exige justamente uma postura crítica diante dos meios de comunicação. Mais ainda, diante da própria indústria cultural, discutida por Adorno em **Dialética do Esclarecimento**.¹¹

A crítica levantada por Adorno está na conformação dos bens culturais à racionalidade estratégica da produção econômica, que

se inocula nos bens culturais enquanto se convertem estritamente em mercadorias; a própria organização da cultura, portanto, é manipulatória dos sentidos dos objetos culturais, subordinando-os aos sentidos econômicos e políticos e, logo, à situação vigente. Além disto, ocorre uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus "sujeitos" pelo mecanismo da "semiformação": seja com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas. No primeiro caso, para apelos contra a razão e a vida intelectual e cultural; e no outro caso, favorecendo a fraqueza do eu, estimulando o comportamento de assimilação e adaptação das massas, canalizando os interesses ao existente. Os bens da indústria cultural efetivamente produzem satisfação de interesses objetivos, assim como as

¹¹A Dialética do esclarecimento constitui a expressão da subjetividade ameaçada, a "semiformação", e das forças anônimas que ameaçam a subjetividade, a "indústria cultural". Adorno não abdicara da vinculação, necessária embora não automática, entre esclarecimento e liberdade, entre razão e emancipação. Automática parecia antes ser a ruptura dessa vinculação. Ela não se deve à ignorância, ao que seria o oposto da ciência e da cultura. Deve-se à "cumplicidade" — feliz caracterização de Gabriel Cohn, introdutor da sociologia de Adorno no Brasil — entre o próprio desenvolvimento da ciência e da cultura, as formas socialmente objetivadas da subjetividade, e a estrutura da dominação conservadora da formação social. Esta cumplicidade seria refletida no conceito de "indústria cultural" como caracterização social objetiva da perda da dimensão emancipatória gerada inexoravelmente no movimento da razão. Por esta via, a "razão" também seria caracterizada em termos sociais objetivos, e não "teoricamente", no plano da "consciência" ou do "esclarecimento", ou seja, do conhecimento por oposição à ignorância etc. Daí as dificuldades em traduzir Aufklärung (a rigor: Ilustração) por "esclarecimento", como se tornou praxe, destacando o momento subjetivo do conhecimento sem referir-se com igual destaque ao momento objetivo da subjetividade, ou à formação social como "sujeito". Por esta via compreende-se também que para Adorno o problema consistia na falta de racionalidade. Ele não criticava a racionalidade, mas o seu déficit nos termos da experiência formativa dialética, que nada mais seria para Adorno do que a própria razão. Trata-se de advertir a razão contra si mesma em nome de si mesma (Maar, 2006, p. 20).

mercadorias da sociedade consumista do capitalismo tardio têm valor de uso. Também em seu caráter afirmativo, a cultura corresponde a interesses sensíveis (pp. 20-21)

Inseridos em um sistema que não favorece o desenvolvimento de uma análise crítica do entorno em que vive, o público pesquisado tem certa dificuldade em discernir sua postura enquanto consumidores de bens culturais impostos, principalmente dos que lhes chegam através da mídia (especialmente da TV) e poucos discutem sobre as alternativas existentes e como chegar a elas. Tampouco questionam a influência da mídia sobre eles mesmos e seu impacto sobre suas ações futuras como jornalistas.

Ainda distante das considerações finais

Em seu estágio inicial, até o momento presente, os primeiros dos analisados corroboram algumas hipóteses levantadas:

- a) De que o jovem, afastado das formas de lazer cultural (às quais têm acesso a elite) que deveriam ser propiciados pelo Estado, acaba tendo como única alternativa a mídia televisiva.
- b) Distanciado, alijado de formas de lazer culturais, de manifestações artísticas (mesmo as mais espontâneas que acabam deixando de existir em suas comunidades para darem lugar à TV), os alunos acabam deixando de participar de situações através das quais poderiam desenvolver reflexões, críticas e discussões de interesses de sua geração e de seu interesse.

A profissão de jornalista, desde o seu primórdio, está ligada a uma situação crítica em relação à sociedade. O jornalista, não somente por seu acesso a quem exerce o poder, mas também por conseguir entender e analisar criticamente esse poder, e por tornar público todas as informações concernentes à sua sociedade, que vai além do seu papel de informador, tornando-se muitas vezes investigador, confere a esse profissional um papel de extrema importância na sua sociedade.

Consequentemente, a formação profissional, intelectual, cultural do cidadão que pretende atuar nessa área é de indiscutível relevância. Mas o que temos observado, como professores da área de jornalismo em instituições privadas de ensino, a respeito do perfil dos nossos alunos, futuros jornalistas, está distante desse tipo ideal. Ao observarmos o cotidiano da sala, fica bastante claro que grande parte dos alunos sequer

tem qualquer identificação com o universo da escrita e que a escolha da profissão se dá mais pelo fascínio proporcionado pela TV (exposição, fama, prestígio social e econômico) e em um segundo momento, pela assessoria de imprensa (maiores ofertas de emprego na área).

Ao apresentarmos a discussão sobre o estudante de jornalismo diante de uma questão fundamental à própria constituição da sua profissão, como a leitura, estamos questionando o dever da qualidade dos profissionais que saem anualmente das faculdades de jornalismo.

Por fim, apontamos aqui a necessidade de uma análise multidisciplinar, uma vez que são múltiplas as variáveis teóricas que podem dar conta de explicar a situação em que se encontra o público investigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. e HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes. 1999.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C. e SAINT-MARTIN, M. Les étudiants et la langue d'enseignement, in **Rapport pédagogique et communication**, Paris: La Haye, Mouton, 1965 (Cahiers Du Centre de sociologie européenne, 2).

BRITTO, L. P. L. et al. Conhecimento e Formação nas IES Periféricas. Perfil do Aluno novo da Educação Superior. **Avaliação**, Campinas, v.13, n. 3, 2008.

COUTO, A. T. Políticas públicas para comunicação: o estudante de jornalismo diante do cenário das mídias alternativas. **Rev. Alterjor - Jornalismo popular e alternativo**. Ano 01, vol. 02, N. 02, Jul-Dez de 2010.

GOMES, M. V. Sobre as formas de estudar e aprender do aluno prouni: Perspectivas intelectuais e investimentos na formação cultural geral. **Anais do 17º COLE** - Congresso de Leitura. Campinas, 20 a 24 de julho de 2009. .

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MIRANDA, M. G. Leitura literária e produção de texto na universidade: Capacidade de abstração e desenvolvimento da consciência crítica. **Anais do 17º COLE** - Congresso de Leitura. Campinas, 20 a 24 de julho de 2009.